



FASUBRA

Sindical

Filiada à **CONTUA** ISP **CEA**

A luta da Fasubra é a luta da Contua

Às 10h, parte da Câmara dos Deputados ouviu a empolgante percussão brasileira do Grupo Cultural Batukênjê abrir o primeiro Seminário internacional de autonomia e democracia nas universidades e o papel dos hospitais universitários. Além de mostrar um pouco da cultura brasileira, a música entoada pelo Batukênjê saudou os diversos representantes das universidades da América Latina.

Antes de iniciar as temáticas, a mesa de abertura do Seminário, composta pelo secretário geral da Contua, Marcelo Di Stefano (da Associação de Pessoal da Universidade de Buenos Aires – Apuba), e pelos coordenadores da Fasubra Sindical, Léia de Souza Oliveira, Rolando Rubens Malvásio e Paulo Henrique dos Santos saudou os presentes

no plenário 1, da Câmara dos Deputados. A coordenadora Léia de Souza começou evidenciando a satisfação da Fasubra em sediar esse seminário: “A Fasubra abraçou o projeto da construção da Contua, um projeto ousado, a fim de atuar efetivamente na construção de um plano global que instrumentalizasse os trabalhadores da América Latina e Caribe na luta em defesa da universidade pública, democrática e referenciada socialmente”. Rolando Rubens, outro coordenador da Fasubra, simplificou a importância desse debate: “esperamos produzir políticas nesses dois dias de debate”.

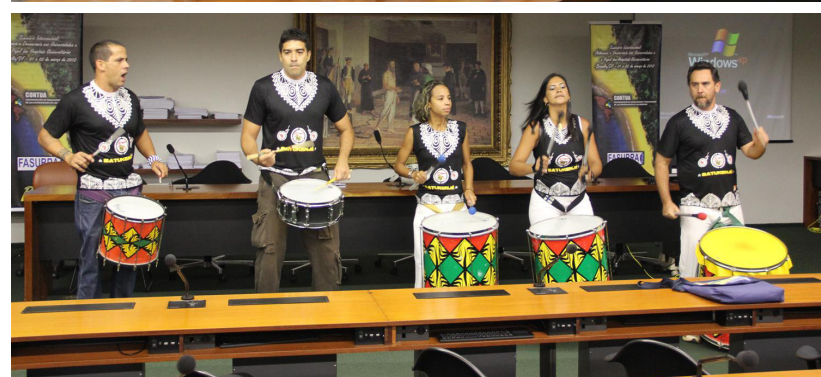
Marcelo Di Stefano falou sobre a importância da Fasubra na representatividade dos servidores técnico-administrativos da

América Latina: “numericamente falando, a Fasubra é a organização mais representativa de todas as organizações que integram a Contua. É um exemplo de debate e de entendimento democrático, além de ser uma organização sindical de muita significação para os trabalhadores técnico-administrativos das universidades”. E finalizou, ao som de aplausos: “a luta do trabalhador técnico-administrativo do Brasil é a luta de todo trabalhador técnico-administrativo do continente. A luta da Fasubra é a luta da Contua”.

Todos os membros da mesa apontaram a importância da troca de experiências para favorecer suas respectivas universidades e, logo, o ensino superior da América Latina.



Foto: Ronaldo Barroso



Universidade para todos

“Nós [Fasubra] não concebemos autonomia sem democracia”. Foi a partir dessa premissa que Léia de Souza iniciou sua apresentação sobre o modelo de autonomia nas universidades, o primeiro painel do dia.

Léia de Souza explanou sobre o direito ao exercício da autonomia universitária, incluída, após luta dos movimentos organizados, na Constituição Federal de 1988. Tal autonomia (didática, científica, administrativa, de gestão orçamentária, financeira e patrimonial) está articulada ao princípio de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, que constituem o modelo da universidade

brasileira, além da auto-gestão de seus recursos financeiros e de seu pessoal. Para a coordenadora da Fasubra, esse modelo de autonomia, “deve ser submetido ao controle social para que não haja uma confusão entre autonomia e soberania, tampouco pequenos reinados”. “Só que o controle social hoje é efetivado através de uma forma muito limitada, já que não temos uma autonomia plena. Ele está limitado à atuação dos colegiados superiores”.

Democracia de acesso e gestão

Ao falar sobre a democracia de acesso, Léia de Souza fez uma breve explanação a respeito

das políticas de cotas racial e social: “Um dos debates que a Fasubra tem feito é com relação à democracia do acesso. A Fasubra foi a primeira entidade nacional a defender, e que está incluído no nosso projeto de lei, a aplicação de políticas reparatórias, através de ações afirmativas, com adoção de cotas étnicas, raciais e sócias. Nós achamos que a nação brasileira tem uma dívida com os afro-descendentes. A maioria da população ainda está excluída da universidade. Então as políticas de cota nada mais são do que uma reparação a essa dívida que temos com os afro-descendentes”.

A política de democracia do acesso proposta pela Fasubra,

visa garantir a igualdade de oportunidade para todos. Aliada a essa política de cotas, a Fasubra defende, também uma política de permanência. “Não adianta garantir o ingresso em uma universidade se não houver programas de acompanhamento que garantam ao aluno trabalhador permanecer na instituição de ensino”, pontuou Léia de Souza.

Outro ponto abordado pela coordenadora foi com relação à democracia de gestão: “nós temos que abrir a universidade para a sociedade. Nós defendemos que os usuários da universidade tenham assento nos conselhos da universidade”.

“A Fasubra representa universidades federais, estaduais e municipais. Apenas nas universidades federais, a Fasubra representa 180 mil trabalhadores. Se contar com os trabalhadores das universidades estaduais e municipais, a Fasubra representa cerca de 400 mil servidores.”



Foto: Ronaldo Barroso

O neoliberalismo e o sucateamento das universidades

Os anos 90 começaram com a instabilidade gerada pelo governo Fernando Collor, que confiscou poupanças, proliferou o neoliberalismo e patrocinou a política de Estado mínimo. Como uma das marcas principais deste período, está a privatização das empresas estatais e o sucateamento das universidades brasileiras, impulsionada também pela abertura de instituições de ensino superior privadas, indicando uma clara indução à privatização desse nível de ensino. O fato, definitivamente, foi decisivo para o atraso da evolução das instituições de ensino superior. Ainda hoje, os ares neoliberais influenciam nos rumos das universidades brasileiras e de toda América Latina, que se veem com o financiamento justo e a consequente retração de qualidade social. O tema foi discutido durante o primeiro dia do Seminário da Contua, durante o painel “Avaliação, financiamento e qualidade social das universidades”.

Dentre as menos prejudicadas como política neoliberal, o sistema público de educação superior no Brasil é demarcado pela necessidade do estabelecimento de políticas de financiamento. Atualmente, as universidades brasileiras se sustentam parte pelo Fundo Público Federal e parte de recursos próprios. Para a Fasubra, “a União deve destinar, anualmente, às universidades públicas autônomas nunca

menos do que 75% dos recursos totais aplicados por ela em educação, vinculados à receita resultante de impostos”. Atualmente, o investimento na educação garantido na lei é de, no mínimo, 18%.

Para que a educação seja uma prática social e um ato político, é essencial o financiamento público adequado, com recursos previstos e executados. Este fator é determinante para que haja a expansão do sistema de ensino superior com qualidade social, garantindo a democratização dos mecanismos de acesso e permanência à população historicamente excluída da educação superior pública.

No Brasil, existem alguns mecanismos favoráveis à evolução das universidades com qualidade social. Exemplo disso é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. “Se na prática o Sinaes fosse executado, o Brasil teria outra qualidade no ensino superior”, denuncia a expositora da Fasubra, Fátima Reis. “A qualidade social da universidade ela pode não atingir o seu potencial no total, mas os programas existentes são realmente de altíssima qualidade não só no meu ponto de vista, mas no ponto de vista do usuário”, avalia a dirigente sindical.

Nos outros países da América Latina, mais afetados ainda pela

política neoliberal, a história se repete. “Apesar dos poucos recursos financeiros, nos esforçamos para que a extensão da universidade seja para todos”, afirma Mario Hernandez, do STUSC/Guatemala. De acordo com ele, as universidades são marcadas pela precarização das relações de trabalho com os servidores das instituições de ensino superior, o que enfraquece ainda mais as chances de evolução e de ampliação da qualidade social das universidades.

De acordo com Edinson Mendez, do Sintraunicol/Colômbia, os governos que o país teve até agora têm a clara intenção de retirar a força da

educação superior pública para fortalecer a educação privada, prejudicando os princípios de qualidade e evolução. “A realidade que vivemos no nosso país é de desfinanciamento”, interpreta. Segundo Alfredo sPeña, da Affur/Uruguai, o governo se comprometeu a investir 4,5% do Produto Interno Bruto do país em educação. “Até agora, o governo avançou muito pouco”, explanou.

Já Álvaro Madrigal-Mora, do Situm/Costa Rica, “o governo tem que aplicar até 6% do PIB na Educação, mas a luta é no sentido de que esse percentual suba para 8%”. De acordo com Mora, os próprios reitores negociam o financiamento das universidades, o que, necessariamente, abre espaço para, de uma forma ou de outra, ter uma gestão compartilhada com o governo.

“Se na prática o Sinaes fosse executado, o Brasil teria outra qualidade no ensino superior



A autonomia universitária e a construção da democracia

Vinculada aos direitos fundamentais da comunidade de uma universidade, a autonomia universitária, em sua aplicação, ainda está longe de ser uma forma livre de preconceitos para uma racionalidade didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial. Apesar de ser uma aliada ao fortalecimento da democracia – garantida no artigo 207 da Constituição Federal brasileira –, o ranço conservador dos dirigentes das universidades emperra o real crescimento da instituição, através, principalmente, da desvalorização do trabalhador técnico-administrativos. O tema compôs o painel “Formas de Gestão das Universidades na América”, discutido no primeiro dia do Seminário da Contua no Brasil.

Para a coordenadora geral da Fasubra, Leia de Souza, “a democracia da universidade passa pela democracia da gestão”. A sindicalista lembrou que, atualmente, os técnico-administrativos das universidades do Brasil têm assento em todos os órgãos colegiados, inclusive no conselho superior. Entretanto,

neste conselho, considerado o mais importante para definir os rumos de uma universidade, 70% do peso de decisão fica a cargo dos docentes. “Em uma universidade, todos têm o mesmo papel: o de garantir a qualidade da educação”, rebate a coordenadora geral da Fasubra.

Leia de Souza ainda lembrou que “não há lei que proíba a ocupação de qualquer cargo da faculdade, exceto o de reitor, por um servidor técnico-administrativo”. A abertura qualifica a mão de obra e promove um alinhamento da importância da atuação dos docentes, servidores e dirigentes das universidades brasileiras. Entretanto, não fosse a luta dos sindicatos de base e da Fasubra, os técnico-administrativos ocupariam quase nenhum cargo de chefia/coordenação nas universidades.

A realidade do Brasil é compartilhada com os outros países da América Latina. Na Colômbia, apesar de ter o preceito constitucional garantido, o atrelamento do governo com a política de gestão das universidades complica a real aplicação do que seria a



Foto: Ronaldo Barroso

representação da democracia. A questão se agrava com o dado de que os servidores técnico-administrativos das universidades do país não são fixos, o que enfraquece a luta da categoria e, consequentemente, a real aplicação da autonomia universitária. “Não vamos permitir que a educação da

Colômbia se acabe com o governo mercantilista”, rebate a palestrante Liliana Guzman, do Sintraunicol.

Ana Beneditto, da UTHC-Uruguai, conta que a Universidad de la Republica conta com um co-governo que representa estudantes, docentes e trabalhadores. Segundo ela,

a questão da paridade é “que mais preocupa”. “É preciso uma transformação que passa por consensos internos de uma política definida de qual universidade queremos”, avalia. Já para Marvin Sonarriba, da Fesitun/Nicarágua, a “política de autonomia deve privilegiar aspectos comuns”.